



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2008



Índice

- | | | |
|----|--|------------------|
| 1. | APRESENTAÇÃO | <i>página 03</i> |
| 2. | IDENTIFICAÇÃO | <i>página 04</i> |
| 3. | OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS | <i>página 04</i> |
| | <i>a. Responsabilidades Institucionais – Papel da unidade na execução das políticas públicas</i> | |
| | <i>b. Estratégias de Atuação</i> | |
| | <i>c. Gestão de Programas</i> | |
| | <i>d. Desempenho Operacional</i> | |
| 4. | OUTRAS INFORMAÇÕES | <i>página 10</i> |

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2008

1. Apresentação

O presente Relatório de Gestão é parte integrante do Processo de Contas da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, nos termos do art. 13 da Instrução Normativa TCU nº 57, de 27 de agosto de 2008, do art. 4º da Decisão Normativa TCU 94, de 3 de dezembro de 2008, e da Portaria CGU nº 2.238, de 19 de dezembro de 2008.

O Relatório aglutina as seguintes subunidades da Secretaria Executiva: Subsecretaria para Assuntos Econômicos - SPAE, Ouvidoria e Diretoria de Gestão Estratégica - DIGES. As atividades e atribuições desenvolvidas pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA e pela DIGES, especificamente no que se refere à Unidade de Coordenação de Programas - UCP, constarão dos relatórios que serão apresentados por essas unidades, de forma autônoma, consoante a legislação do TCU mencionada. A Unidade Gestora UCP integra a estrutura da Diretoria de Gestão Estratégica, valendo-se dos recursos materiais, tecnológicos e de pessoal da estrutura administrativa alocados a essa Diretoria, para desempenhar suas atribuições.

O código 170311 da Secretaria Executiva foi extinto como Unidade Executora. Os registros verificados no decorrer de 2008 se referem à baixa de saldo em razão da desativação da Unidade Gestora ou relativos à transferência entre UG – Saída de Patrimônio.

3

2. Identificação

Nome completo da unidade e sigla	Secretaria Executiva - SE
CNPJ	00.394.460/0438-94
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo
Vinculação ministerial	Poder Executivo – Ministério da Fazenda
Endereço completo	Edifício-Sede do Ministério da Fazenda, 4º andar, Bloco P – Esplanada dos Ministérios, Brasília, DF.
Endereço da página institucional na internet	www.fazenda.gov.br
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União.	Decreto nº 6.764, de 10 de fevereiro de 2009 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda, e dá outras providências. Portaria nº 290, de 30 de setembro de 2004, que aprova o Regimento Interno da Secretaria Executiva.
Código da UJ titular do relatório	170311 (extinta como Unidade Executora). Os registros verificados no decorrer de 2008 se referem à baixa de saldo em razão da desativação da Unidade Gestora ou relativos à transferência entre UG – Saída de Patrimônio
Código das UJ abrangidas	Não se aplica (vide informação acima)
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento
Função de governo predominante	Administração.
Tipo de atividade	Assistência direta ao Ministro de Estado e coordenação das atividades dos órgãos e entidades vinculados.
Unidades gestoras no SIAF	O relatório consolida as seguintes unidades da Secretaria Executiva: SPAE, Ouvidoria e DIGES, sem código de UJ. As informações sobre o código da SPOA e UCP constam dos relatórios que serão apresentados por essas unidades, de forma autônoma.

3. Objetivos e Metas Institucionais

3.1 - Responsabilidades Institucionais – Papel da unidade na execução das políticas públicas

Segundo o Decreto nº 6.764, de 10 de fevereiro de 2009, a Secretaria Executiva, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, a ele diretamente subordinado, tem por finalidade:

I – assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas;

II - planejar, coordenar, promover e disseminar melhores práticas de gestão e, de modernização institucional;

III – coordenar e supervisionar as atividades de organização e modernização administrativa, bem como as relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos, de serviços gerais e de documentação e arquivos, no âmbito do Ministério e entidades vinculadas;

IV – auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e na implementação das ações da área de competência do Ministério;

V – coordenar, no âmbito do Ministério, os estudos relacionados com projetos de leis, medidas provisórias, decretos e outros atos normativos; e

VI – coordenar, no âmbito do Ministério, as atividades relacionadas à ouvidoria.

Parágrafo único. A Secretaria Executiva exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC, de Administração dos Recursos de Informação e Informática – SISP, de Serviços Gerais – SISG, Nacional de Arquivos – SINAR, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal, por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

3.2 - Estratégia de Atuação

A estratégia de ação da Secretaria Executiva está centrada em promover e coordenar a articulação dos órgãos e entidades vinculados ao Ministério da Fazenda bem como a interface com os demais órgãos da Administração Pública, visando ao cumprimento da missão institucional do Ministério.

Nesse sentido, analisa e viabiliza o trâmite e a proposição de medidas legais e infra-legais, orienta a integração e o aperfeiçoamento dos projetos e macro-processos prioritários do Ministério da Fazenda (orçamentário-financeiro, crédito tributário, promoção e defesa das atividades econômicas), além de promover a articulação com órgãos e entes externos. Coordena e executa o PNAFM, acompanha e monitora a execução do PROFISCO e indica os conselheiros do Ministério da Fazenda nas empresas públicas.

3.3 - Gestão de Programas

3.3.1. Programa 1172 - Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios

Segundo a Diretoria de Gestão Estratégica (Memorando nº 121/2009/SE-MF, de 24 de março de 2009), o Programa tem objetivos específicos a serem alcançados pelos Municípios, quais sejam:

- Quanto à busca de excelência na ação do Estado: i) adoção das melhores práticas e dos mais modernos conhecimentos e instrumentos de gestão, visando à eficiência, eficácia e efetividade da gestão administrativa e fiscal; ii) elevação da proporção do gasto público municipal, em relação ao seu gasto total, suportada por receitas próprias do município; e iii) disponibilização para o cidadão de serviços municipais em maior quantidade e melhor qualidade;
- Quanto à transparência: i) divulgação periódica da execução do orçamento e dos atos da gestão pública municipal; ii) participação da população no planejamento e definição do orçamento e dos planos de investimentos municipais; e iii) avaliação e revisão das ações do poder público mediante utilização de mecanismos que ofereçam oportunidade de formação e de efetiva participação da população.

O órgão executor do PNAFM é a Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, por intermédio da Unidade de Coordenação de Programas (UCP) da DIGES, a quem compete gerenciar a implementação do Programa. A UCP, tendo em vista a Decisão Normativa TCU nº 93, de 3 de dezembro de 2008, apresentará seu Relatório de Gestão em separado, oportunidade em que as especificidades do programa sob referência serão objeto de comentários, em observância aos termos do normativo mencionado.

3.3.2. Programa 0781 - Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais

A seguir encontram-se as informações apresentadas em cada ação, individualizada por instituição financeira:

3.3.2.1. Banco do Brasil S.A. - BB

Segundo o Gerente Executivo Sênior, Sr. Paulo de Tarso Rodrigues, estava prevista a instalação de 892 pontos de atendimento em 2008, sendo 120 agências. Desse total, foram inaugurados 733 novos pontos, sendo 52 novas agências, com ênfase em estruturas de menor custo e porte, conforme tabela abaixo.

Segundo o Gerente, os novos pontos de atendimento instalados permitiram a disponibilização e ampliação da rede de atendimento, proporcionando maior oferta de produtos e serviços ao público, maior conforto e comodidade no atendimento, expansão do volume de negócios, bem como a disseminação do crédito em regiões menos assistidas, inclusive nos estados em que ocorre a centralização dos negócios do Governo do Estado no Banco do Brasil: Bahia, Maranhão e Minas Gerais.

Projeto 3252 – Instalação de Pontos de Atendimento Bancário

(em R\$ 1,00)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	143.475.393	61.398.068	42,79%
Física	892	733	82,17%

Fonte: informações do Banco do Brasil S/A (e-mail de Paulo de Tarso Rodrigues)

Segundo o Gerente, a execução financeira de R\$ 61 milhões, equivalentes a 43% do valor previsto, serviram para impulsionar a utilização de mão-de-obra de construção civil, gerando empregos em diversas regiões do país.

No que se refere a Atividade 4106 - Manutenção da Infra-estrutura de Atendimento, o Sr. Paulo de Tarso Rodrigues, informa que o BB buscou manter as condições de funcionamento dos imóveis de uso do Banco, através da execução de 6.631 eventos de obras de pequeno e médio vulto, monitorando a conservação dos prédios para redução das intervenções de caráter emergencial, garantindo a disponibilidade operacional das dependências. Foram realizadas também melhorias nos dispositivos de combate a incêndio, além de obras de acessibilidade em 2.150 dependências em respeito à legislação vigente para portadores de necessidades especiais.

Ainda, segundo o gerente, foram concluídas 287 obras de reformas, ampliações e realocações de agências da rede varejo, para garantir o funcionamento, a operacionalidade da rede de atendimento varejo no País, a qualidade no atendimento e na ambiência das dependências e proporcionar melhoria na satisfação dos clientes. Os investimentos foram efetuados em mobiliário, melhoria da sinalização externa e interna, pequenas adequações de *layout* visando garantir o bom funcionamento das dependências do Banco, o bem-estar dos clientes e dos funcionários e o respeito à Lei de Fila. O montante do orçamento realizado, R\$ 526 milhões, equivalendo a uma realização de 79% do orçamento programado, como mostra a tabela abaixo, proporcionou um incentivo ao incremento da economia brasileira, bem como à criação de novos postos de trabalho e manutenção de empregos e renda.



Atividade 4106 – Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento

(em R\$ 1,00)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	665.380.117	526.821.639	79,17%
Física (*)	-	-	-

(*) o Banco do Brasil S/A não fixou meta física.

Fonte: informações do Banco do Brasil S/A (e-mail de Paulo de Tarso Rodrigues)

3.3.2.2. Caixa Econômica Federal - CAIXA

A Gerente Nacional de Orçamento, Sra. Irena Skorupa Parachin, informou que foram inauguradas 41 unidades, sendo 15 agências e 26 Postos de atendimento Bancários - PAB, o que equivale a 33,88% da meta para 2008. Ainda segundo a Gerente, estão em andamento obras de 25 unidades e prospecção de imóvel para mais 17, previstas para serem inauguradas no decorrer do ano de 2009. A tabela abaixo mostra a execução consolidada.

Projeto 3252 – Instalação de Pontos de Atendimento Bancário

(em R\$ 1,00)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	79.985.712	27.009.106	33,77
Física	121	41	33,88

Fonte: informações da Caixa Econômica Federal (e-mail do Gerente Nacional de Orçamento)

A Gerente justificou que o não cumprimento das metas deveu-se a fatores supervenientes, tais como: atrasos na execução de obras, dificuldades na locação de imóveis em algumas regiões, ocorrência de licitações desertas e atraso nas revisões de planilhas de custos. Justificou, ainda, que algumas obras serão concluídas no ano em curso e disponibilizadas imediatamente aos usuários dos serviços bancários.

No que diz respeito a Atividade 4106 - Manutenção da Infra-estrutura de Atendimento, a Gerente Nacional informou que, dos R\$ 337.072 mil previstos para essa Atividade, realizou-se R\$ 240.699 mil, representando 71,41%, conforme mostra a tabela abaixo. A meta não foi atingida em decorrência dos seguintes fatores: morosidade dos procedimentos licitatórios; atrasos na execução das obras pelas empresas contratadas; atrasos pelos fornecedores na entrega de equipamentos e mobiliário; atrasos na entrega de imóveis locados por investidores, retardando o início das obras; atrasos na execução das obras geradas por alterações recorrentes de *layout* e demora da autorização das reformas e obras necessárias a serem realizadas nas diversas agências.

Atividade 4106 - Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento

(em R\$ 1,00)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	337.071.945	240.698.899	71,41
Física	-	-	-

Fonte: informações da Caixa Econômica Federal (e-mail do Gerente Nacional de Orçamento)

(*) A Caixa não fixou meta física

7

3.3.2.3. Banco da Amazônia S.A. - BASA

Segundo a Coordenadora de Orçamento da Gerência de Controladoria do BASA, Sra. Luiza Aboim Pereira, os investimentos foram financiados com recursos próprios, sem utilização de fontes externas de financiamento.

A Coordenadora informou que o planejamento do BASA previa instalar quatro novos pontos de atendimento localizados nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Rondônia e Tocantins. Os investimentos foram estimados em R\$ 2 milhões, aproximadamente. O principal item de custo correspondia a aquisição de equipamentos para auto-atendimento (R\$ 1 milhão) e de mobiliários e sistema de climatização (R\$ 552 mil), que representavam 75% do total dos investimentos. O Banco da Amazônia tinha como estratégia reduzir gastos no ativo imobilizado, proporcionando economia de recursos e redução nos investimentos com a instalação de novos pontos de atendimento bancário. Além disso, o Banco buscou a realização de parcerias com investidores locais. Nessas parcerias, os investidores se responsabilizam pela construção do imóvel e o Banco se compromete em alugá-lo por determinado período. A Tabela abaixo mostra a execução do investimento.

Projeto 3252 - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário

(em R\$ 1,00)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	2.067.050	915.579	44,29
Física	4	0	0,00

Fonte: informações do Banco da Amazônia S/A (Coordenadoria de Orçamento)

Segundo a Coordenadora a execução de R\$ 916 mil correspondeu a aquisição de equipamentos de auto-atendimento. O Banco informa que não cumpriu com as metas pactuadas de instalação das quatro unidades em virtude das dificuldades de encontrar imóveis disponíveis para locação e parceiros interessados em construir imóveis nos municípios escolhidos para instalação.

A Tabela abaixo mostra os recursos previstos e os executados, segundo informações da Coordenadora de Orçamento da Gerência de Controladoria do Banco, relativos a Atividade 4106.

Atividade 4106 - Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento

(em R\$ 1,00)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	18.440.557	10.338.019	56,06
Física (*)	-	-	-

(*) O Banco da Amazônia S/A não fixou meta física.

Fonte: informações prestadas pelo Banco da Amazônia S/A (Coordenadoria de Orçamento)

Segundo a Coordenadora, os investimentos foram direcionados principalmente para a modernização dos serviços de auto-atendimento, incluindo reformas e substituição de bens depreciados ou em desuso, que totalizaram R\$ 9 milhões. O Banco informa que o desempenho da execução dos investimentos ficou abaixo do programado devido, principalmente, a não realização de todas as reformas previstas e da não conclusão total da modernização dos serviços de auto-atendimento, principalmente devido à suspensão da compra de parte dos equipamentos de informática que será retomado após aprovação da Política de Aquisição de Equipamentos de T.I.C e da aquisição de microcomputadores.

3.3.2.4. Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB

Segundo o Gerente de Produtos e Projetos do BNB, Wagner Bezerra Farias, em 2008, foi instalada somente uma agência no município de Uruçuí, Estado do Piauí, que não estava prevista inicialmente no SIGPLAN. As três agências previstas para serem instaladas em 2008, quais sejam: uma agência no Estado do Rio Grande do Norte e de duas agências no Estado da Bahia em 2008; serão instaladas em 2009. Vale destacar que a agência de Uruçuí utilizou recursos orçamentários de 2007.

Projeto 3252 - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário

(em R\$ 1,00)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	R\$ 1.388,4 mil	0	0
Física	3	0	0

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil S/A (Gerente de Produtos e Projetos)

Segundo o Gerente do BNB, a atividade de Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento destinou-se à modernização das instalações físicas, principalmente a aquisição de móveis e equipamentos. O baixo cumprimento da meta deveu-se ao atraso na conclusão das reformas das agências, visto que o suprimento de móveis e equipamentos às unidades depende da conclusão de suas reformas.

Atividade 4106 - Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento

(em R\$ 1,00)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	R\$ 54.339,9 mil	R\$ 9.594,2 mil	17,7
Física (*)	-	-	-

Fonte: informações do Banco do Nordeste do Brasil S/A, no sistema SIGPLAN

(*) O Banco do Nordeste do Brasil não fixou meta física.

3.4 - Desempenho Operacional

A atuação da Secretaria Executiva, em sua essência, é a de prestar assistência direta ao Ministro de Estado da Fazenda, coordenando as atividades das Secretarias e órgãos vinculados, para assegurar o cumprimento da missão do Ministério. Vale salientar que o presente relatório restringe-se aos seguintes componentes da Secretaria Executiva: Subsecretaria para Assuntos Econômicos (SPA), OUVIDORIA e Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES), excluída a UCP, porque a UCP e a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) apresentam relatórios autônomos, conforme já mencionado.

A Secretaria Executiva no ano de 2008 realizou seu planejamento estratégico, fixando como missão: "Promover e coordenar a articulação dos órgãos e entidades vinculadas do Ministério da Fazenda e a interface com os demais órgãos da Administração Pública, visando ao cumprimento da missão institucional do Ministério".

Definiu como objetivos estratégicos: promover a articulação dos órgãos específicos singulares e vinculados ao Ministério da Fazenda; incentivar e orientar a integração e o aperfeiçoamento dos projetos e macro-processos prioritários do Ministério da Fazenda e coordenar as ações/interface do MF com os órgãos e entes externos.

Foram fixadas ações e atividades para dar cumprimento aos objetivos estratégicos referidos, com a designação de responsáveis pelo cumprimento dos prazos estabelecidos para o atingimento dos objetivos, atividades e metas.

É de se registrar que embora não tenham sido fixados indicadores que possam medir o desempenho, tendo em vista a natureza e características das atividades da Secretaria Executiva, ainda assim o grau de atingimento das várias metas, objetivos e atividades, será aferido pela verificação de observância dos prazos e dos objetivos fixados, bem como avaliação das atividades e projetos implementados.

3.4.1. Evolução de gastos Gerais

O Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, Sr. Laerte Dorneles Melliga, informou os seguintes valores relativos aos gastos gerais.

(em R\$ 1,00)

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	109.228,64	65.552,53	0,00
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	57.267,52	39.743,78	0,00
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS *	0,00	0,00	0,00
3.1. Publicidade	0,00	0,00	0,00
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	0,00	0,00	0,00
3.3. Tecnologia da informação	0,00	0,00	0,00
3.4. Outras Terceirizações	0,00	0,00	0,00
3.5. Suprimento de fundos	0,00	0,00	0,00
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO **	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	166.496,16	105.296,31	0,00

Fonte: SIAFI

* Não há ocorrência de gastos para a UG 170311

** Não há ocorrência de gastos para a UG 170311

*** Não há ocorrência de gastos para a UG 170311

Obs.: Em 2007

Diárias de servidores R\$ 37.125,55

Diária Colaboradores eventual R\$ 2.618,23

Fonte: Memorando nº 220/2009/COGRL/SPOA/SE/MF

4. Outras Informações

4.1 - Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

NÃO HOUVE OCORRÊNCIA

4.2 - Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

NÃO HOUVE OCORRÊNCIA

4.3 - Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição,

NÃO HOUVE OCORRÊNCIA

4.4 - Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados, de acordo com a legislação pertinente e os objetivos a que se destinam.

NÃO APLICÁVEL A UJ

4.5 - Demonstrativo de fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos, ocorridos no ano e acumulado até o período em exame, contendo as informações

NÃO HOUVE OCORRÊNCIA. Haverá informação sobre este item no Relatório de Gestão da UCP/PNAFM.

4.6 - Informações sobre Renúncia Tributária

NÃO APLICÁVEL À UJ

4.7 - Declaração do Gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida comprovaram, no exercício, que se encontram em situação regular com os pagamentos dos tributos junto à SRFB, ao FGTS e à Seguridade Social

NÃO APLICÁVEL À UJ

4.8 - Resultado da Avaliação do impacto sócio-econômico das operações de fundos.

NÃO HOUVE OCORRÊNCIA

4.9 - Demonstrativo sintético dos valores gastos com cartões de crédito.

NÃO APLICÁVEL À UJ

4.10 - Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às recomendações do órgão ou unidade de controle interno expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento, conforme disposto abaixo:

NÃO HOUVE OCORRÊNCIA

4.11 - Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações do TCU expedidas no exercício ou as justificativas para o caso não cumprimento, conforme disposto abaixo:

Segundo o Assessor de Controle Interno do Ministério da Fazenda, Sr. José Mauro Gomes, para os seguintes casos foram dadas recomendações diretamente do TCU para a Secretaria Executiva.

Número da Decisão ou do Acórdão	Descrição da Determinação ou da recomendação	Setor responsável pela implementação das recomendações	Providências adotadas
Acórdão 1993/2008-TCU - 1ª Turma	Adoção de medidas administrativas adequadas à completa apuração das irregularidades no Acórdão sob referência, no prazo de 90 dias.	SPOA/Corregedoria de Ética Disciplinar.	Segundo informações da SPOA, foi Instaurado o PAD nº 19603.000542/2008-87, que apurou irregularidade envolvendo uma Servidora da GRA/MF/AP. O processo foi concluído e julgado pela autoridade instauradora. Quanto aos demais servidores, o assunto foi encaminhado para a Secretaria de Administração do Estado do Amapá, por se tratar de servidores estaduais

			oriundos do extinto Território Federal do Amapá.
Acórdão nº 503/2008-TCU – 1ª Turma	Composição de grupo de trabalho, no prazo de 60 dias, sob coordenação da Secretaria de Recursos Humanos do MP, para elaboração de um plano executivo visando a solucionar a questão de desvio de função de empregados celetistas do SERPRO, estagiários e servidores do PCC/PGPE, em atividade na RFB e em outros órgãos do Ministério da Fazenda. Determinação à Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, no sentido de que informe em suas contas anuais de cada exercício sobre a implantação do plano de que se trata, destacando a evolução de suas etapas.	Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, SERPRO	O Grupo foi instaurado e já concluiu os trabalhos. Por intermédio do Ofício Interministerial nº 20/SE/MP/MF, de 22 de janeiro de 2009, os Secretários Executivos dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão informaram ao TCU sobre a conclusão dos trabalhos e sobre os encaminhamentos implementados e os que iriam ser efetivados, a saber: criação de carreira no âmbito do Ministério da Fazenda; redistribuição de cargos vagos para concurso; realização de concurso público para provimento dos cargos; edição de decreto excluindo das atribuições das carreiras de auditor fiscal e de analista da RFB a exclusividade de atendimento ao público; edição de portaria do Ministro da Fazenda estabelecendo as atribuições dos empregados do SERPRO no MF e constituição de grupo de trabalho do MF e AGU para defesa da União em juízo. Em 17 de fevereiro de 2009 o Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda informou, por meio do Ofício nº 110/2009/SE/MF, o cumprimento de mais duas ações previstas no Cronograma de Implantação de Medidas. São elas: publicação da Portaria/MP nº 29, de 17 de fevereiro de 2009, que autorizou a realização do concurso público para provimento de 2 mil vagas do PGPE e publicação do Edital ESAF nº 15, de 26 de fevereiro de 2009, estabelecendo normas para a realização do concurso público.
Acórdão TCU nº 1.330	Recomendações e determinações, a respeito da implantação de planejamento estratégico no âmbito do MF, sobre procedimentos de Governança na área de TI. Determinação no sentido de que o Ministério estabeleça e divulgue metodologia para desenvolver sistemas, bem como padrões mínimos de padronização e de segurança.	DIGES	Foi criada Comissão Técnica, dentro do Comitê de Tecnologia de Informação, para avaliar, organizar, analisar e aprovar os produtos relacionados com o projeto de implantação do PDTI. A Direção de Gestão, Victor Branco de Holanda, informou que a Comissão está preparando um plano de ação para dar cumprimento das determinações do TCU e que as determinações contidas no subitem 9.3 do Acórdão serão implementadas levando-se em conta as especificidades das unidades específicas e singulares, a partir do exercício de 2009.
Ofício TCU/Secex-2-506/2008	Solicitação ao Ministério da Fazenda, com o objetivo de saber se o órgão mantém relacionamento com Organizações não		O Ofício nº 311/2008/GMF/MF, de 1º de setembro de 2008, encaminhado ao TCU informa que as unidades Jurisdicionadas do MF não detêm

	Governamentais.		convênios, contratos, ajustes, termos congêneres ou outro tipo de relacionamento com Organizações não Governamentais, com exceção da Receita Federal do Brasil, que tem convenio com CIEE-Centro de Integração Empresa Escola.
--	-----------------	--	--

4.12 - Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, exigíveis no exercício a que se refere o presente Relatório de Gestão

NÃO SE APLICA À UJ (regimentalmente, o órgão responsável por essa atividade é a SPOA)

4.13 - Demonstrativo relacionado com dispensas de instauração de Tomadas de Contas Especiais e as Tomadas de Contas Especiais cujo envio ao Tribunal foi dispensado com base nos Incisos I a IV do § 1º do art. 5º da Instrução Normativa – TCU nº 56, de 5 de dezembro de 2007, conforme modelo do Quadro II. A 13

NÃO HOUVE OCORRÊNCIA

4.14 - Informações sobre a composição de recursos humanos

O Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, Sr. Laerte Dorneles Melliga, informou os seguintes valores relativos à composição de recursos humanos (R\$ 1,00)

Descrição	2006		2007		2008	
	Quantidade	Despesa	Quantidade	Despesa	Quantidade	Despesa
Servidores Ativos de quadro próprio em exercício na Unidade	32	2.277.419,00	32	3.026.621,00	34	3.017.198,00
Funcionários Contratado – CLT em exercício na Unidade	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total Pessoal Próprio	32	2.277.419,00	32	3.026.621,00	34	3.017.198,00

Fonte: COGEP/COGRL/SPOA

Descrição	2006		2007		2008	
	Quantidade	Despesa	Quantidade	Despesa	Quantidade	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	22	559.732,05	23	632.269,14	23	857.276,94

Fonte: COGEP/COGRL/SPOA

Descrição	2006		2007		2008	
	Quantidade	Despesa	Quantidade	Despesa	Quantidade	Despesa
Contratações Temporárias (*)	10	603.422,21	12	831.782,95	10	891.916,02

(*) Dados relativos aos empregados da UCP

Descrição	2006		2007		2008	
	Quantidade	Despesa	Quantidade	Despesa	Quantidade	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza (*)	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	42	505.082,14	40	428.446,964	40	436.187,87
Pessoal Terceirizado Outras Atividades (**)	0	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0,00	1	1.092,00	2	6.165,80
Total Pessoal Terceirizado + Estagiários	42	505.082,14	41	429.538,96	42	442.353,67

Fonte: COGRL/SPOA

* Pessoal Terceirizado Vigilância e limpeza: O fornecimento de limpeza é feito por m² e vigilância é por posto prédio. Fonte: COGRL/SPOA.

** Outras atividades: não existentes em 2008.

Descrição	2006		2007		2008	
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	11	62.816,64	16	198.336,27	16	225.613,08
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	14	319.629,95	19	428.150,38	11	506.737,13
Total Pessoal Requisitado, na Unidade	25	382.446,59	35	626.486,65	27	732.350,20

Fonte: COGEP/COGRL/SPOA

Descrição	2006		2007		2008	
Pessoal cedido pela Unidade, com ônus	1	181,26	1	7.237,97	1	181,28
Pessoal cedido pela Unidade, sem ônus	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total Pessoal Cedido pela Unidade	1	181,26	1	7.237,97	1	181,28

Fonte: COGRH/SPOA/MF

Descrição	2008	
	Quantidade	Despesa (*)
Pessoal envolvido em ações finalísticas da Unidade	52	
Pessoal envolvido em ações de suporte da Unidade	86	
Total Geral	138	

(*) Está sendo consolidado pela SPOA/MF

4.15 Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da Gestão.

DIRETORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA - DIGES

Segundo o Diretor de Gestão Estratégica, Sr. Victor Branco Holanda, a DIGES empreendeu as seguintes atividades no decorrer de 2008:

Em relação a Intranet Corporativa, a DIGES concebeu e implantou no decorrer de 2008 a integração da Intranet Corporativa em todos os computadores do Ministério, de forma a viabilizar links para os demais sítios de *intranets* existentes. Concretizou-se o projeto de criação da Intranet Corporativa para todo o Ministério da Fazenda, com integração das diversas *intranets* desenvolvidas para atender as necessidades específicas de cada Secretaria, criando um ambiente em que os assuntos de interesse corporativo, tratados localmente, possam ter uma visualização comum para efeito de divulgação de notícias de interesse geral dos servidores do Ministério.

Em relação ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, a DIGES acompanhou as etapas de desenvolvimento do sistema denominado "Novo SIAFI" e subsidiou a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), no encaminhamento de soluções, para acelerar o aprimoramento e implantação de tecnologias que venham a propiciar maior eficácia do sistema sob referência.

A DIGES coordenou, no âmbito do Ministério da Fazenda, a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e de módulos do PDTI, com segmentação por Secretaria. No entanto, no decorrer de 2009, serão empreendidos esforços com o objetivo de que parcela significativa do PDTI passe a ser comum a todo o Ministério. Para tanto, foi constituída, pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação, Comissão Técnica formada por representantes de todas as Secretarias do Ministério sob a coordenação da DIGES, com o objetivo de elaborar o PDTI do Ministério da Fazenda; responder as recomendações apontadas pelo Acórdão TCU nº 1.330; e elaborar o regulamento de TI. A Comissão reúne-se periodicamente, para avaliar, organizar, analisar e aprovar os produtos relacionados com o projeto de implantação do PDTI.

A Diretoria acompanhou e supervisionou junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) as condições gerais para a linha de financiamento aos Estados e ao Distrito Federal destinada a financiar a modernização fiscal e fazendária dos interessados, denominada *Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil* (PROFISCO), no valor de US\$ 500 milhões pelo prazo de dez anos. Nessa linha de crédito, inclui-se, também, o custeio da implantação do Cadastro Sincronizado Nacional (CadSinc) e do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), sendo este último composto pela Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), a Escrituração Contábil Digital (ECD), bem como a Escrituração Fiscal Digital (EFD).

Também acompanhou e supervisionou os processos de negociação junto ao BID relativamente aos dois primeiros contratos firmados, com a Secretaria de Fazenda do Pará e a do Ceará, nos valores de US\$ 10 milhões e US\$ 41 milhões, respectivamente. Em ambos fez constar os dispositivos para verificação da implantação do SPED e do CadSinc. No âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), a DIGES subsidiou, em nome do Ministério da Fazenda, o processo de constituição da Comissão de Gestão Fazendária (COGEF) do CONFAZ, instância composta por representantes dos estados e do MF que tem por objetivo a gestão integrada do programa PROFISCO.

Em 2008, foi instituído o *Grupo de Discussões Macro-Processo Orçamentário-Financeiro*, num esforço conjunto do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para integração e aperfeiçoamento do ciclo orçamentário-financeiro (atividades de planejamento, coordenadas pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI do MP, de orçamento, coordenadas pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF do MP, e de gestão financeira, coordenadas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN do MF), para melhoria da qualidade do gasto público, para conservação da política de austeridade fiscal e para promoção da gestão dos recursos públicos orientada a resultados.

Em relação ao aspecto de custos e, com base no que estabelece a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e o Acórdão nº 1078/2004 do Tribunal de Contas da União (TCU) foi editada Portaria Interministerial nº 945, de 26 de outubro de 2005, instituindo a Comissão Interministerial de Custos, no âmbito do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). Em outubro de 2008 foi realizada, no âmbito do Grupo de Discussões Macro-Processo Orçamentário-Financeiro, a oficina de trabalho “Sistemas de Custos na Administração Pública: Modelo Conceitual e Estratégia de Implementação”, com apresentações pelo Senhor Secretário-Executivo do MF, Nelson Machado e pelo Secretário-Adjunto da Secretaria de Orçamento Federal do MP. Em consequência, a Secretaria-Executiva do MF assumiu a incumbência de conceber e implantar o *Sistema de Informação de Custos do Governo Federal*, por meio da unificação de dados dos diversos sistemas informatizados e com o propósito de dotar o Governo Federal de um instrumento sistêmico para gerir custos, em que sejam estabelecidas regras de controle automáticas a serem tratadas pelo sistema, facilidades em configurar e acrescentar novas regras ao longo do uso e operação do sistema e ainda facilidades de alteração de regras quando do advento de novas normas e legislação. Está prevista para 2009 a entrada em operação da primeira versão do Sistema de Informação de Custos.

Finalmente, é pertinente destacar os seguintes resultados do Grupo de Discussões Macro-Processo Orçamentário-Financeiro, conduzidos no decorrer do ano de 2008, a partir do trabalho conjunto do MF e do MP: diagnóstico sobre a necessidade de avançar na gestão fiscal anticíclica; estudos para adoção de um orçamento plurianual; estudos para uma nova metodologia para a margem de expansão; estudos para modernização dos sistemas estruturantes (SIDOR, SIGPLAN, SIORG etc.); edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP); desenvolvimento do Plano de Contas da Federação, que se encontra em consulta pública; elaboração de plano de trabalho para migração das estatísticas fiscais da versão 1986 para a versão 2001 do manual *Government Finance Statistics* do Fundo Monetário Internacional (FMI); mapeamento da oferta de capacitação das escolas de governo (ENAP e ESAF) no tocante às atividades envolvidas no ciclo orçamentário-financeiro e realização de oficina de trabalho sobre a experiência britânica de melhoria da qualidade do gasto público, que contou com a participação da Controladoria-Geral da União (CGU).

SUBSECRETARIA PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS - SPAE

A Subsecretaria para Assuntos Econômicos – SPAE é parte integrante da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda, com as seguintes competências, conforme dispõe o Decreto nº 6.764, de 10 de fevereiro de 2009:

I - acompanhar e supervisionar os trabalhos relativos a assuntos econômicos no âmbito da Secretaria-Executiva, estabelecendo diretrizes para a programação, a organização, a implementação e a avaliação das tarefas por ela desenvolvidas; e

II - coordenar, no âmbito da Secretaria-Executiva, em articulação com a Assessoria de Comunicação Social e a Assessoria para Assuntos Parlamentares do Ministério, ações e resoluções às demandas provenientes do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, de outras esferas de governo, da imprensa e da sociedade civil organizada.

Segundo Subsecretário para Assuntos Econômicos - SPAE, Miguel Ragone de Mattos, no decorrer de 2008, dinamizou o trabalho na área denominada “Medidas Legais e Infralegais”, mediante maior articulação com os órgãos vinculados ao Ministério da Fazenda e demais interessados no trâmite de medidas legais e infralegais. Nesse sentido, observou-se um ganho na agilidade no trâmite das propostas de edição de medidas legais ou regulamentares, no âmbito da Secretaria-Executiva, bem com a elevação do nível de informação sobre o encaminhamento dos assuntos de interesse do Ministério da Fazenda, com incremento da qualidade dos trabalhos e manifestações técnicas e maior integração com os demais órgãos. Foram analisados e encaminhados 294 Portarias; 333 Portarias Interministeriais e 296 encaminhamentos para Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais – SIDOF (minutas de Decreto, Medidas Provisórias e Projetos de Lei).

Além disso, a SPAE atuou, também, no assessoramento das atividades relacionadas com a circulação protocolar de documentos e as atinentes ao encaminhamento das propostas de voto do Senhor Ministro da Fazenda ao Conselho Monetário Nacional, bem como no relacionamento do Ministério da Fazenda com suas empresas vinculadas, particularmente no que diz respeito ao exame de pleitos de aumento de capital, distribuição de resultados, negociações salariais, reformas estatutárias e outras questões que dependem de manifestação do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

OUVIDORIA

A Ouvidoria-Geral do Ministério da Fazenda, conforme determina o inciso V, artigo 4º, do Decreto nº. 6.764, de 10 de fevereiro de 2009, encontra-se inserida na estrutura regimental do Ministério, tendo sob a coordenação de suas atividades a Secretaria-Executiva. Ao Ouvidor-Geral incumbe acompanhar o andamento e a solução dos pleitos dos clientes, no âmbito do Ministério e presidir e operacionalizar o Comitê de Ética Pública da Fazenda, em estreito contato com as áreas de gestão de pessoas dos diversos órgãos da estrutura do Ministério, segundo dispõe o art. 41 do mesmo decreto.

Segundo o Ouvidor-Geral, Sr. Carlos Augusto Moreira Araújo, a eficiência do setor público como um direito do cidadão é uma busca constante da Ouvidoria-Geral do Ministério da Fazenda, que em julho de 2008 completou 6 anos de atuação. A Ouvidoria está disponível para garantir o direito de manifestação do cidadão-usuário dos serviços prestados pelo Ministério da Fazenda e atuar na melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo órgão, estabelecendo parcerias internas em prol da efetividade do atendimento.

A Ouvidoria do Ministério da Fazenda é composta por uma rede de ouvidorias hierarquicamente distribuídas por áreas de competência e jurisdição, coordenadas pela Ouvidoria-Geral. Atua tanto como ouvidoria externa (atendimento ao público em geral) quanto interna (servidores, pensionistas e aposentados do MF). A Ouvidoria-Geral utiliza-se do Sistema Ouvidor II para recepcionar as mensagens

encaminhadas pelos cidadãos e, posteriormente, repassá-las as unidades da rede de ouvidores ou respondê-las na própria ouvidoria. A rede de Ouvidoria do MF é composta por 254 ouvidores em todo o Brasil, lotados aos vários órgãos vinculados ao Ministério.

No ano de 2008, segundo o Ouvidor-Geral, a Ouvidoria recebeu o total de 64.786 mensagens, distribuídas pelos diversos órgãos do Ministério. Ressalta-se, ainda, que desde a criação do Órgão, de 12/06/2002 até 31/12/2008, foi contabilizado o número de 236.787 mensagens, estas distribuídas conforme tabela a seguir:

TIPO	Unidade										
	Secex	RFB	STN	SEAE	SAIN	SPE	PGFN	SPOA	ESAF	Outros	Total
Denúncia	20.312	13.029	69	50	18	20	323	255	114	104	34.294
Elogio	845	1.850	17	4	2	7	108	184	24	2	2.841
Inform./Solicit.	25.674	44.172	1.870	43	42	126	2.643	1.444	409	1.239	77.662
Reclamação	10.645	77.350	548	51	3	101	1.634	3.091	857	402	94.682
Sem Classificação	660	1.941	39	0	2	0	33	30	8	15	2.728
Sugestão	8.744	13.313	584	31	8	458	220	770	350	102	24.580
Total	66.880	151.455	3.127	179	75	712	4.959	5.774	1.762	1.864	236.787
STATUS	Secex	RFB	STN	SEAE	SAIN	SPE	PGFN	SPOA	ESAF	Outros	Total
Cadastrada	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15
Concluída	85.445	147.804	3.102	177	74	631	3.578	5.386	1.737	1.835	229.769
Em Tratamento	5	2.296	15	1	1	80	1.381	339	2	29	4.149
Excluída	1.415	1.355	10	1	0	1	0	49	23	0	2.854
Total	66.880	151.455	3.127	179	75	712	4.959	5.774	1.762	1.864	236.787
CANAL	Secex	RFB	STN	SEAE	SAIN	SPE	PGFN	SPOA	ESAF	Outros	Total
Carta-Resposta	855	1.801	3	0	0	0	114	459	4	2	3.238
Carta/Fax	5.544	3.986	155	8	3	74	241	555	37	230	10.833
Email/Fale com o Governo	10.840	11.770	625	38	22	286	561	641	157	938	25.878
Internet	39.928	100.260	2.194	122	50	343	3.517	2.751	1.428	611	151.204
Pessoalmente	96	144	1	0	0	0	4	187	0	0	432
Serviço "0800"	9.513	33.352	146	11	0	9	517	1.090	135	83	44.856
Telefone	104	142	3	0	0	0	5	91	1	0	346
Total	66.880	151.455	3.127	179	75	712	4.959	5.774	1.762	1.864	236.787
Participação Relativa	28,24 %	63,96 %	1,32 %	0,08 %	0,03 %	0,30 %	2,09 %	2,44 %	0,74 %	0,79 %	100,00 %

Fonte: Ouvidoria-Geral do MF

Segundo o Ouvidor Geral, em continuidade ao trabalho desenvolvido pela Ouvidoria-Geral, foram realizados no decorrer do ano de 2008 vários eventos de treinamento da equipe de atendentes. Esse treinamento teve como objetivo a apresentação das mudanças realizadas no Sistema e o aperfeiçoamento no trato dos relatórios gerados, além de contemplar, também, visitas recebidas de vários órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, para conhecer, *in loco*, os processos de trabalho. Verifica-se, da leitura dos Relatórios de Atividades - publicados diariamente no Portal da Ouvidoria (<http://portal.ouvidoria.fazenda.gov.br/ouvidoria/>), que o canal mais utilizado pelo cidadão para entrar em contato continua sendo a Internet E os tipos de manifestações mais recebidas são: solicitação/informação (48,15%), reclamação (33,36%) e denúncia (13,21%).

Ainda segundo o Ouvidor, durante o ano de 2008 a Ouvidoria do MF recebeu 64.786 manifestações dos cidadãos e usuários dos serviços da Instituição, com um aumento de 17,53% em relação ao ano de 2007. Destas, 64,4% e 28,32% foram referentes a assuntos relacionados com a Receita Federal do Brasil e Ouvidoria-Geral do MF. É pertinente realçar que um representante da Ouvidoria-Geral do Ministério participou de treinamento com a equipe do imposto de renda 2008 e, a partir de então, pôde repassar informações de pronto aos cidadãos interessados, contribuindo assim para maior celeridade e eficácia da estrutura de atendimento do órgão. Os resultados alcançados, no entanto, realçam o entendimento de que a Ouvidoria não substitui o serviço das demais Centrais de Atendimento no âmbito do Ministério da Fazenda, mas se qualifica como mais um canal de interlocução com o público. Ao agir de forma autônoma, imparcial e sigilosa, a Ouvidoria contribui para o aperfeiçoamento do processo democrático, na medida em que as

manifestações, independente de sua natureza, sempre carregam sinais de alerta, desafios e muitas reflexões, que devem ser levados na devida conta pelos órgãos da estrutura do Ministério da Fazenda.

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA SETORIAL DO MINISTÉRIO DA FAZENDA (CEPS)

A Comissão foi instituída pela Portaria MF Nº 39, de 18 de fevereiro de 2008, tendo sua competência estabelecida no art. 1º de seu regimento interno, aprovado pela Portaria MF nº 115, de 11 de junho de 2008:

I – integrar o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, na forma do art. 2º, inciso II, do Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, sem prejuízo da participação das demais comissões e setores equivalentes, organizados no âmbito do Ministério da Fazenda (MF);

II – atuar como instância consultiva imediata dos agentes públicos em exercício no Gabinete do Ministro de Estado da Fazenda, na Secretaria-Executiva do Ministério, dos titulares da ESAF e dos órgãos colegiados da estrutura do MF, além dos ocupantes de cargo de Direção e Assessoramento Superior (DAS), nível 5 (cinco), preservada a competência da Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP), nos termos do art. 4º do Decreto nº 6.029, de 2007;

III – supervisionar o exercício das atribuições consultivas das demais comissões e setores equivalentes, organizados no âmbito do Ministério da Fazenda, relativamente aos demais agentes públicos em exercício no MF;

IV – supervisionar a observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal e comunicar à CEP situações que possam configurar descumprimento de suas normas;

V – expedir resoluções interpretativas ou de fomento das normas de ética pública, de caráter vinculante no âmbito do MF, precedidas de amplo debate com os setores interessados;

VI – instaurar, de ofício ou mediante representação, procedimento sobre ato, fato ou conduta que denotem indícios de transgressão a princípio ou norma ética, imputados a agentes públicos em exercício no Gabinete do Ministro de Estado da Fazenda ou na Secretaria-Executiva, dos titulares da ESAF e dos órgãos colegiados da estrutura do MF e, ainda, a ocupantes de cargo de Direção ou Assessoramento Superior (DAS), nível 5 (cinco), preservada a competência da CEP;

VII – supervisionar e fiscalizar a apuração de que trata o item anterior, promovida pelas demais comissões e setores equivalentes, organizados no âmbito do Ministério da Fazenda, relativamente aos demais agentes públicos em exercício no MF, e apreciar as suas decisões em grau de recurso;

VIII – organizar e promover estudos, palestras, encontros, seminários e outros meios julgados oportunos para a disseminação dos princípios e normas de ética pública no âmbito do MF; e

IX – exercer outras atribuições compatíveis com a sua finalidade e com a sua condição de integrante do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal.

Segundo o Presidente da Comissão de Ética Pública do MF, Sr. Carlos Augusto Moreira Araújo, no ano de 2008, a CEPS realizou 03 (três) reuniões ordinárias e 04 (quatro) reuniões extraordinárias, tendo como foco destas os seguintes pontos:

1ª Reunião Ordinária - 19 de fevereiro de 2008 - Apresentação e aprovação do Regimento Interno e do Plano de Trabalho, biênio 2008/09;

2ª Reunião Ordinária - 10 de março de 2008 - Apresentação e aprovação da comunicação às unidades do Ministério sobre a realização da primeira reunião da CEPS-MF, da Ata da 1ª Reunião realizada em 19/02/2008 e do Plano de Trabalho, biênio 2008/2009;

3ª Reunião Ordinária - 11 de abril de 2008 - Apresentação e aprovação da Ata da 2ª Reunião realizada em 10/03/2008, da Proposta de Regimento Interno da Comissão Setorial de Ética do MF;

1ª Reunião Extraordinária - 28 de abril de 2008 - Consulta sobre participação em palestra na FEBRABAN;

2ª Reunião Extraordinária - 23 de setembro de 2008 - Consulta realização de palestra com recebimento de valor;

3ª Reunião Extraordinária - 04 de novembro de 2008 - Consulta sobre passagens aéreas; e

4ª Reunião Extraordinária - 26 de dezembro de 2008 - sobre afastamento do país.

Segundo o Presidente da Comissão, dando continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela CEPS, no ano de 2008, foram emitidas orientações aos órgãos que compõem o Ministério da Fazenda sobre procedimentos a serem adotados, tanto quanto as decisões tomadas nas reuniões da Comissão, bem como, em função de consultas realizadas, via e-mail, a CEPS do Ministério da Fazenda.

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ

A Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ é órgão da estrutura do Ministério da Fazenda e conta com 15 funcionários para desempenhar suas atribuições.

Segundo o Secretário-Executivo do CONFAZ, Sr. Manuel dos Anjos Marques Teixeira, o CONFAZ executou as seguintes ações: edição de 495 normativos regulamentando o ICMS; realização de 438 reuniões, sendo 17 do CONFAZ, 22 da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS; 20 de secretários de fazenda; 398 de grupos e subgrupos de trabalho, protocolos; 85% dessas reuniões foram realizadas nas dependências da própria SE/CONFAZ e as demais, nos diversos estados da Federação. edição de 495 normativos regulamentando o ICMS Ainda, o CONFAZ realizou estudos e celebrou normativos relacionados aos seguintes temas: i) Nota Fiscal Eletrônica NF-e; ii) Conhecimento de Transporte Eletrônico - CT-e; iii) Simples Nacional; iv) Escrituração Fiscal Digital - EFD; V) PROFISCO/COGEF; vi) implantação da videoconferência; vii) Reforma Tributária (reuniões entre os Secretários de Fazenda e, entre estes e o Ministério da Fazenda, representantes do Congresso Nacional e outras representações, além de todos os demais normativos disciplinados pela LC 24/75, em relação à legislação do ICMS).

Brasília, DF, 31 de março de 2009.

NELSON MACHADO
Secretário-Executivo

FRANCISCO DE ASSIS LEME FRANCO
Secretário-Executivo Adjunto